

PORTARIA Nº 443 DE 24 DE ABRIL DE 2024.

Outorga a CGH MONJOLO ENERGÉTICA SPE LTDA, o direito de uso dos Recursos Hídricos para a derivação de água no Rio Manso e Córrego Manjolinho para geração de energia – CGH Monjolo.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, **LILIAN FERREIRA DOS SANTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o Art.14 do Decreto nº 1.501 de 14 de outubro de 2022, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 620, de 15 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas.

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 119, de 07 de novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico N° 1180/2024, de 24 de abril de 2024, do processo SIGA n° 3505/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a **CGH MONJOLO ENERGÉTICA SPE LTDA**, CNPJ: 42.429.334/0001-25, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos Recursos Hídricos para derivação de água no Rio Manso e Córrego Manjolinho, Bacia Hidrográfica do Paraguai, UPG P-4, Alto Rio Cuiabá, município de Nova Brasilândia/MT, com a finalidade de Geração de Energia Hidrelétrica para a CGH Monjolo, com as seguintes características:

I - Coordenadas Geográficas da derivação principal – Rio Manso (SIRGAS 2000): 14°48'44,7" de Latitude Sul e 55°15'0,8" de longitude Oeste;

II - Coordenadas Geográficas da derivação secundária – Córrego Manjolinho (SIRGAS 2000): 14°48'33,8" de Latitude Sul e 55°15'11,9" de longitude Oeste;

III - A disponibilidade hídrica correspondente às vazões naturais afluentes, conforme resumo nas Tabelas 1 e 2 do Anexo, subtraída das vazões apresentadas na(s) Tabela(s) 3 e 4 do Anexo, destinadas à vazão remanescente no(s) TVR(s) – Trecho de Vazão Reduzida;

IV - A manutenção da vazão mínima no trecho de vazão reduzida deve ser prioritária à geração de energia;

V - N.A máximo normal de montante: 310,5 metros;

VI - N.A máximo maximorum – Rio Manso / Córrego Manjolinho: 316 / 313,3 metros;

VII - N.A normal de jusante: 300,44 metros;

VIII - Queda bruta: 10,06 metros;

IX - Área inundada do reservatório no nível d'água máximo normal: - Km²;

X - Vazão máxima turbinada: 60,4 m³/s;

XI – Número de turbinas: 03;

XII – Vazão nominal unitária: 20,13 m³/s;

XIII – Vazão média de longo termo: 56,22 m³/s;

XIV - O trecho de vazão reduzida – TVR: no eixo principal será de 530 metros e no eixo secundário será de 280 metros. A restituição no corpo hídrico será próximo à casa de máquinas, nas coordenadas aproximadas: 14°48'37,24" de latitude Sul e 55°15'11,76" de longitude Oeste;

XV – Fazer o monitoramento de acordo a Resolução Conjunta nº 127, de 26/07/2022 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Agência Nacional de Águas – ANA. "Todos os documentos relativos ao cumprimento da Resolução Conjunta ANA ANEEL nº 127/2022 devem seguir as Diretrizes publicadas no sítio eletrônico da ANA: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/monitoramento-e-eventos-criticos/monitoramentohidrologico/monitoramento-hidrologico-do-setor-eletrico/resolucao-conjunta-ana-aneel-127-2022>.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **30 de abril de 2034**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I – Descumprimento das condições estabelecidas no Art. 1º desta Portaria;
- II – Conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III – incidência no Art. 18 e incisos I e II do Art. 12 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;
- IV – Indeferimento ou cassação de licença ambiental;

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – Quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;

II – quando for necessária a adequação aos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos previstos no Art. 18, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 4º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 8º A outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Parágrafo único - De acordo com o Art. 5º da Lei nº 12.334/2010 a fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, à entidade que concede, autoriza ou registra o uso do potencial hidráulico, quando se tratar de uso preponderante para fins de geração hidrelétrica.

Art. 9º Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 24 de abril de 2024.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRADA-SE.

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

GSALARH/SEMA-MT

ANEXO

Tabela 1 - Resumo da série histórica no Rio Manso em m³/s (CGH Monjolo). AD = 2.515,8 km²

Mês/Vazão	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Mínima	35,13	34,79	52,06	28,45	10,10	5,43	3,84	2,78	3,29	3,93	12,45	13,32	17,13
Média	135,46	139,13	121,45	66,14	23,69	12,97	9,38	7,70	8,41	16,17	42,46	91,69	56,22
Máxima	225,01	308,06	197,95	130,61	63,96	21,90	21,25	15,50	23,68	35,13	124,12	189,53	113,06

Tabela 2 - Resumo da série histórica no Córrego Manjolinho em m³/s (CGH Monjolo). AD = 161,5 km²

Mês/Vazão	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Mínima	2,26	2,23	3,34	1,83	0,65	0,35	0,25	0,18	0,21	0,25	0,80	0,86	1,10
Média	8,70	8,93	7,80	4,25	1,52	0,83	0,60	0,49	0,54	1,04	2,73	5,89	3,61
Máxima	14,44	19,78	12,71	8,38	4,11	1,41	1,36	0,99	1,52	2,26	7,97	12,17	7,26

Tabela 3 - Vazão Remanescente no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) da derivação no Rio Manso – eixo principal da CGH Monjolo.

MÊS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Vazão (m ³ /s)	13,55	13,91	12,15	6,61	2,37	1,30	0,94	0,77	0,84	1,62	4,25	9,17

Tabela 4 - Vazão Remanescente no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) da derivação no Córrego Manjolinho – eixo secundário da CGH Monjolo.

MÊS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Vazão (m ³ /s)	0,87	0,89	0,78	0,42	0,15	0,08	0,06	0,05	0,05	0,10	0,27	0,59

Documento assinado eletronicamente por **Lilian Ferreira dos Santos**, em 25/04/2024 as 08:48:55.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portal.sema.mt.gov.br/#/verificar-documento> informando o código verificador **YHOIJ33F4** e o código CRC **5EFEB9B9**.
